tura, e que depois sejam aprovados com a classificação de 15 valores em todas as cadeiras do 4.º ano do curso de habilitação para o magistério secundário, acima mencionado, possam ser nomeados, a requerimento seu, para o ensino das disciplinas da secção de sciências dos liceus, sem dependência de concurso público, destinando-se os bacharéis em matemática, exclusivamente, ao ensino das disciplinas do 5.º grupo (matemática e física), e os bacharéis em filosofia ao ensino das disciplinas do 6.º grupo (química e sciências naturais).

3.º Que os bacharéis em matemática e em filosofia, com informação final de formatura inferior a 18 valores, e com aprovação nas cadeiras do 4.º ano do curso de habilitação para o magistério secundário, não tem direito à nomeação para professores do 5.º ou do 6.º grupo dos liceus, sem dependência de provas públicas.

4.º Para os alunos que possuam todas as cadeiras dos três primeiros anos do curso de habilitação para o magistério secundário, criado pelo decreto de 3 de Outubro de 1902, e que estejam matriculados ou venham a matricular-se nos três futuros anos do período transitório, nas cadeiras do 4.º ano do referido curso, continuam em vigor as disposições do decreto de 24 de Fevereiro de 1911.

Q. Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 6 de Janeiro de 1912.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão.*

Direcção Geral de Saúde

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Janeiro 6

Joaquim Miranda—exonerado, a seu pedido, de guarda de saúde de 2.ª classe do quadro da Inspeção de Sanidade Marítima de Lisboa.

Direcção Geral de Saúde, em 8 de Janeiro de 1912.—Pelo Director Geral, o Delegado de Saúde, *Manuel Gonçalves Marques.*

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Atendendo ao que representou a Confraria da Senhora do Rosário, da freguesia de Ribas, do concelho de Celorico de Basto;

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que ela seja autorizada a levantar do seu capital a quantia de 50\$000 réis, a fim de ser aplicada ao custeamento das despesas a fazer com a reforma dos seus estatutos.

Paços do Governo da República, em 8 de Janeiro de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão.*

Atendendo ao que representou a Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Fervença, do concelho de Celorico de Basto;

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que a mesma confraria seja autorizada a vender 2:900\$000 réis nominais de inscrições que possui, para com o seu produto auxiliar a construção do cemitério paroquial da mesma freguesia.

Paços do Governo da República, em 8 de Janeiro de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Convindo esclarecer os artigos 5.º e 6.º do decreto de 24 de Maio de 1894: manda o Governo da República, pelo Ministro da Justiça, que aos magistrados judiciais não seja deduzido, para o efeito da antiguidade, o tempo em que estiverem servindo como vogais da comissão nomeada por portaria de 27 de Dezembro de 1910, ou como presidentes do tribunal criado pelo artigo 9.º da Lei de 23 de Outubro último, e ainda como vogais da Comissão Central da Lei de Separação, criada pelo artigo 66.º da Lei de 20 de Abril último, ou na qualidade de comissionados para o efeito do artigo 2.º da lei de 23 de Outubro último, combinado com o artigo 2.º e 3.º do decreto de 23 de Novembro último, visto que em tais casos os referidos magistrados exercem funções judiciais.

Paços do Governo da República, em 6 de Janeiro de 1912.—O Ministro da Justiça, *António Caetano Macieira.*

Despachos efectuados nas seguintes datas

Dezembro 23

José Joaquim Gomes de Vilhena—nomeado substituto do juiz de direito da comarca de Ferreira do Alentejo. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado de 28 de Dezembro findo).

Janeiro 6

Bacharel Francisco Navarro Marques de Paiva—destituído do lugar de conservador do registro predial na comarca de Mação, por abandono do lugar.

Bacharéis Artur César Pereira e João Gualberto da Cruz e Silva—exonerados dos lugares de subdelegados do procurador da República nas comarcas, respectivamente, de Vila Franca de Xira e S. Tiago do Cacém.

António Máximo Pereira do Nascimento e Silva, substituto do escrivão notário do primeiro officio da comarca do Tabuaco—nomeado, como requereu, para idêntico lugar na comarca de Baião, no impedimento de Alfredo Fernando da Cunha.

Bacharel António Pinto Novais—exonerado, como requereu, do lugar de notário da comarca de Vila Nova de Famalicão.

Bacharel João Pimenta de Sousa Gama—nomeado notário na comarca de Vila Verde.

Bacharel Alfredo José Rodrigues—nomeado, por necessidade urgente de serviço, juiz de direito substituto da comarca de Bragança.

Raul António Correia—nomeado notário interino na comarca do Penela.

Adolfo Alves de Sousa Brás—exonerado do lugar de juiz de paz do distrito de Fortezendo, comarca da Covilhã.

Alfredo Felner Garcez Palha e Caetano Fernandes Duarte—exonerados, respectivamente, de juiz de paz e substituto do distrito de Cerceana, comarca de Alonquer.

Manuel Gomes de Carvalho e João Duarte dos Reis Júnior—nomeados, respectivamente, juiz de paz e substituto do distrito de Cantanhede, comarca do mesmo nome.

António Vieira Ramos—exonerado do lugar de escrivão de paz do distrito de Sousa, comarca do Porto.

Janeiro 8

João Faustino da Silva—nomeado ajudante do escrivão do segundo officio da comarca de Odemira, José Rodrigues Vieira.

António Vieira Soares—exonerado, como requereu, do emprego de official de diligências do juízo de paz do distrito de Olival, comarca de Vila Nova de Ourém.

Licenças

Dezembro 19

Bacharel José Maria de Andrade Saraiva, conservador do registro predial na comarca de Ponte do Sor—trinta dias (Pagou os respectivos emolumentos).

Dezembro 29

Augusto da Cunha Oliveira, notário interino na comarca de Trancoso—trinta dias. (Pagou os respectivos emolumentos).

Janeiro 8

Adolfo Camolino Ferraz, escrivão do terceiro juízo de investigação criminal de Lisboa—seis meses, sem vencimento. (Tem a pagar os respectivos emolumentos).

2.ª Repartição

Janeiro 6

Transferido, dos juizes de paz do concelho de Valença para o juiz de direito da mesma comarca, o julgamento das transgressões de posturas municipais do referido concelho.

Direcção Geral de Justiça, em 8 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins.*

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

Despachos efectuados em 6 do corrente

Cedida, a título provisório, a igreja anexa ao extinto convento de Santa Teresa de Carnide, para nela se instalar a escola nocturna a cargo da Associação Auxiliadora da Instrução.

Cedida à Câmara Municipal do concelho de Alvaiázere o presbitério da vila e freguesia desta denominação, para ser aplicado à instalação das repartições de finanças e do quartel da guarda republicana, ou de serviços congêneres, sendo esta cedência feita a título de arrendamento, e pela renda anual de 55\$000 réis, que será paga à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, por intermédio da respectiva comissão concelhia de administração.

Cedido provisoriamente à Câmara Municipal do concelho de Fafe, a residência paroquial, presentemente desabitada, de Estorões, para nela se estabelecer a respectiva escola official e habitação do seu professor, mediante a renda anual de 20\$000 réis, que será entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação.

Cedidos à comissão administrativa do município de Coimbra, sem encargos para este, 173^m,75 de terreno pertencente ao Seminário daquela cidade, para a estrada de ligação do bairro de S. José à estrada nacional n.º 12, conforme a planta junta ao respectivo processo.

Rectificações

Declara-se:

Que o pároco encomendado das freguesias de S. Bento do Cortiço e de S. Lourenço de Mafra, concelho de Estremoz, a quem foi concedida a pensão provisória constante do decreto publicado no *Diário do Governo* n.º 245, de 20 de Outubro último, é Padre Jaime Henriques de Sousa Tavares e não Padre Joaquim Henriques de Sousa Tavares;

Que o pároco colado de Castelo Rodrigo, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a quem também foi concedida a pensão provisória, constante do decreto publicado no *Diário do Governo* n.º 282, de 4 de Dezembro último,

é Padre António Félix Milagre e não Padre António Félix Vinagre;

Que o pároco encomendado da freguesia de S. Tiago do Escoural, concelho do Montemor-o-Novo, a quem foi concedida a pensão provisória, constante do decreto publicado no *Diário do Governo* n.º 245, de 20 de Outubro último, é João do Nascimento Lima e não João do Nascimento Leiria;

Que o pároco colado da freguesia de Santa Eulália, concelho de Elvas, a quem foi concedida uma pensão provisória por decreto publicado no *Diário do Governo* n.º 284, de 6 de Dezembro último, é António Manuel Parreira e não António Manuel Carreira.

Declara-se que o nome do 1.º vogal da comissão concelhia da administração do concelho de Fornos de Algodres é Francisco Tavares Ferreira Rêgo e não Francisco Tavares Ferreira Lago, como erradamente veio publicado no *Diário do Governo* n.º 1, de 2 de Janeiro de 1912.

Declara-se que o nome do presidente da comissão concelhia da administração do concelho de Castro Daire é Pio Cerdeira de Oliveira Figueiredo, e não Rio Cerdeira de Oliveira Figueiredo, conforme foi publicado no *Diário do Governo* n.º 1, de 2 de Janeiro de 1912.

Declara-se que o 1.º vogal da comissão concelhia da administração do concelho de Machico é António José de Brito Figueiroa e não António José de Brito Figueira, como erradamente saiu publicado no *Diário do Governo* n.º 3, de 2 de Janeiro de 1912.

Declara-se que o nome do 1.º vogal da comissão concelhia da administração do concelho de Ponta do Sol, Funchal, é José Rufino de Sousa Pereira e não José Lufim de Sousa Pereira, como erradamente saiu no *Diário do Governo* n.º 3, de 2 de Janeiro de 1912.

Declara-se que, por lapso, foi incluído, como pertencente ao distrito de Castelo Branco, na relação das pensões concedidas a diferentes eclesiásticos daquele distrito, publicada no *Diário do Governo* n.º 284, de 6 de Dezembro último, o presbitero José Lopes Barroso, pároco encomendado na freguesia de Vidais, do concelho das Caldas da Rainha, que pertence ao distrito de Leiria.

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 8 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *José Caldas.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, fundada na do presidente do Conselho Administrativo da Casa da Moeda e Papel Selado, e ouvido o Conselho de Ministros, nos termos do artigo 2.º das instruções aprovadas por decreto de 14 de Novembro de 1860, e artigo 41.º das bases aprovadas por lei de 20 de Março de 1907, arbitrar em 3:000\$000 réis a caução a exigir pelo lugar do chefe dos trabalhos das oficinas de fundição e amoedação daquela casa, criado por decreto de 27 de Maio último.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 30 de Dezembro de 1911.—*Manuel de Arriaga—Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes.*

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Anuncia-se, em observância do decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haverem requerido Maria Augusta Nogueira Brandão e suas filhas, Lídia Augusta de Sousa Brandão e Alice Augusta de Sousa Brandão o pagamento do que ficou em dívida a seu marido e pai, José Augusto Mendes Brandão, na qualidade de inspector do corpo da fiscalização dos impostos no distrito de Angra do Heroísmo; a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito à percepção do indicado débito ou de parte dele, requeira pela 2.ª Repartição desta Direcção Geral dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 5 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *André Navarro.*

Direcção Geral das Alfândegas

Rectificações

No programa que faz parte da portaria de 3 de Janeiro de 1912, publicado no *Diário do Governo* n.º 6, de 8 do mesmo mês, onde se lê: «Ingerência fiscal na circulação de mercadorias e nacionalizadas . . .», leia-se: «Ingerência fiscal na circulação de mercadorias nacionais e nacionalizadas . . .», e onde se lê: «Liquidação dos direitos de mercadorias compreendidas nos artigos 62.º a 68.º . . .», leia-se: «Liquidação dos direitos das mercadorias compreendidas nos artigos 62.º a 66.º . . .».